

Angolanidade e angolanização : interfaces da governança no pós-guerra civil em Angola^{*}

Gabrieli Gaio

Universidade de Lisboa (ULisboa)
ggaio@iscsp.ulisboa.pt

Resumo: Este artigo busca analisar o modo pelo qual a concepção de angolanidade interage com o mais recente processo de angolanização da economia angolana. É realizada uma breve abordagem histórica acerca das políticas culturais e também uma contextualização relativamente à economia política de Angola, abarcando dos anos da luta pela independência angolana até os dias atuais. O trabalho dedica especial ênfase aos anos do pós-guerra civil, quando o tema das políticas culturais, bem como o processo de angolanização, ganham maior ênfase na agenda governamental e, por sua vez, encontram potencialidades e vulnerabilidades ao se relacionar com a histórica construção da angolanidade enquanto identidade nacional. O trabalho explora o modo pelo qual as concepções de angolanidade e angolanização ultrapassam os espectros das políticas públicas que visam, respectivamente, ao setor cultural e ao setor econômico, de modo que transcendem tais fronteiras e integram um complexo governativo que expõe as urgências e a dinamicidade da construção da nação angolana em um contexto pluriétnico.

Palavras-chave: cultura – políticas culturais – nacionalismo – angolanidade – angolanização.

Angolanidade and angolanização: linkages of governance in post-civil war Angola.

Abstract: This article aims to analyze the interaction between the conception of angolanidade and the recent process of angolanização in Angola's economy. The present work brings a brief historical

* A presente pesquisa recebe respaldo financeiro da Universidade de Lisboa. A pesquisa de campo necessária para este trabalho contou, ainda, com o apoio financeiro e logístico do grupo brasileiro Odebrecht por meio de sua representação em Angola.

approach regarding cultural policy and political economy in the country, covering such subjects since the struggle for independence. Special attention is given to the years following the end of Angola's civil war, when cultural policies as well as angolanização gained prominence in the government's agenda setting, giving rise to a complex link with the historic construction of angolanidade as a national identity. This work explores the way in which angolanidade and

angolanization transcend the boundaries of policies that envisage, respectively, the cultural and the economic sectors in order to integrate a governance complex featured by the urgencies and dynamics of Angola's nation building under a pluriethnic context.

Keywords: culture – cultural policies – nationalism – angolanidade – angolanização.

1. Introdução

Este trabalho busca analisar as potenciais conexões entre a concepção de angolanidade e o mais recente processo de angolanização econômica que vem ganhando ênfase em Angola no contexto do pós-guerra civil e da reconstrução nacional. Pretende-se, desse modo, apontar para uma estreita relação entre as políticas públicas culturais e econômicas empreendidas na governança do país, ainda que tais esferas possam parecer distantes entre si.

A concepção de angolanidade tem sido objeto de discussões históricas no sentido da construção, representação e síntese da identidade nacional de Angola, provocando debates literários e disputas políticas¹. Já a concepção de angolanização tem recebido menor atenção da literatura ao longo do tempo. Em termos atuais, ela não parece relacionada à formação da nação angolana, sendo utilizada somente para designar pacotes de medidas econômicas que visam um maior conteúdo local na economia do país – seja via empregabilidade local, capital local, entre outros². A partir de 2002, com o fim da guerra civil, ambos os termos ganham lugar especial nas

¹ JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.

HENIGHAN, Stephen. *The quest for angolanidade*. 2005. Disponível em: <http://www.stephenhenighan.com/QuestAngol.htm>. Acesso em: 26 Fev. 2015.

KANDJIMBO, Luís. *Angolanidade: O conceito e o pressuposto*. Luanda: INALD, 1998.

BATSÏKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fev. 2015.

² GAIO, Gabrieli. *O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

políticas públicas do país: a angolanidade passa a ser incorporada no discurso oficial de governo e a angolanização ganha proporções cada vez maiores.

No entanto, essas duas concepções, aparentemente, continuam a seguir caminhos separados: a primeira circunscrita ao âmbito cultural da identidade da nação e a segunda às medidas de política econômica empreendidas no âmbito da inserção de Angola na globalização econômica. A literatura acadêmica parece ter acatado essa divisão e não têm dado muita atenção ao processo de angolanização como manifestação de nacionalismo econômico³ ou à relação desse processo com a construção da angolanidade ou da identidade nacional angolana no pós-guerra civil.

Esta pesquisa pretende sustentar que, em uma Angola em reconstrução nacional, angolanidade e angolanização são ambas concepções inerentes à dinâmica construção da nação angolana. Apreende-se, assim, que o ato de angolanizar possui implicações na construção da angolanidade e vice-versa. Nesse sentido, é defendida uma visão que integra políticas culturais e política econômica no complexo governativo de Angola após a conquista da estabilidade política. Para sustentar de maneira coesa as reflexões aqui propostas, são colocadas três perguntas de modo a não perder de vista pontos importantes desta investigação:

- i. Qual a relação existente entre angolanização e angolanidade em Angola hoje?
- ii. Quais as implicações práticas do ato de se angolanizar?
- iii. Quem é o público alvo da angolanização?

Ainda que a literatura específica acerca do tema aqui proposto seja escassa, vale ressaltar que o debate acerca da angolanidade reúne grande número de produções, sobretudo de autoria angolana. Esta pesquisa apresenta abordagem eminentemente qualitativa que se baseia tanto na literatura já existente acerca da angolanidade quanto em dados primários coletados em entrevistas semi-estruturadas, não-estruturadas e observação participante durante pesquisa de campo realizada no ano de 2014, nas províncias de Luanda, Malanje e Kwanza-Norte, em Angola. Por meio da articulação entre fontes primárias e secundárias, será aqui empreendido um esforço embrionário no sentido de compreender como angolanidade e angolanização interagem entre si e implicam a construção da nação angolana hoje em dia.

³ LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1841.

Tendo delimitado o tema e o objetivo deste trabalho, resta estruturá-lo em quatro partes, sendo a primeira delas esta introdução. A seção seguinte dedica-se a uma breve digressão pelas políticas culturais e pela economia política de Angola, ao passo que ambas as esferas governativas importam nesta pesquisa. A terceira seção aborda a relação entre angolanidade e angolanização por meio da literatura e de exemplos empíricos, oriundos do terreno. Por fim, a comunicação apresenta algumas considerações finais que derivam do esforço de reflexão feito ao longo da pesquisa.

2. Políticas culturais e economia política em Angola: breve panorama histórico.

2.1. Políticas Culturais

Uma vez que o termo cultura oferece diferentes definições em virtude do contexto no qual é empregado, faz-se necessário, primeiramente, explicitar o conceito de cultura a ser adotado pelo presente trabalho. Nesse sentido, a pesquisa conta com conceito elaborado pela *Arterial Network*, uma rede de conhecimentos e intercâmbios sobre políticas culturais com representação em diversos países africanos⁴. Por cultura entende-se, dessa forma, o conjunto material e imaterial de manifestações religiosas, intelectuais, emocionais que representam a ontologia de determinada sociedade e impactam sua organização social, política e econômica.⁵

Do mesmo modo, se faz necessária, ainda, a definição acerca do que constituem políticas culturais:

Políticas e medidas relacionadas à cultura em nível local, nacional, regional ou internacional que visam à cultura em si ou são articuladas com o objetivo de afetar diretamente a expressão cultural de indivíduos, grupos ou sociedades – incluindo a criação, produção, disseminação, distribuição e acesso a atividades, bens e serviços culturais.⁶

No momento das lutas de independência e nos anos que a elas seguem-se, as políticas culturais em Angola são de caráter limitado – ainda que o debate sobre angolanidade já venha há

⁴ Para mais informações sobre a Arterial Network, fundada no Senegal em 2007, ver: <http://www.arterialnetwork.org/about/history>.

⁵ JOFFE, Avril. *Adapting the Wheel: cultural policies for Africa*. Arterial Network, 2010, p.7. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/05/Cultural_policy_template_English_8Mar2011_final_for_print.pdf. Acesso em: 20 set. 2015.

Todas as citações de textos originais redigidos em idiomas estrangeiros são resultado da livre tradução para o português pela presente autora.

⁶ *Ibidem*, p.8.

algum tempo borbulhando entre líderes do movimento da libertação colonial⁷. A referência oficial à questão cultural no país é solapada pelo objetivo de manter a integridade territorial de um estado pós-colonial marcado pela pluralidade etnolinguística. O artigo 5º da Lei Constitucional de 1975, por exemplo, faz a seguinte afirmação: “Será promovida a solidariedade (...) cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido d(a) (...) liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo”⁸.

No artigo 13º do mesmo documento, encontra-se, ainda, um nexos entre a “cultura nacional” e “as culturas revolucionárias dos outros povos”, com o objetivo de tornar tais esferas interdependentes⁹. Busca-se, dessa maneira, estabelecer uma ligação entre a construção de uma cultura nacional e a luta anticolonial, por vezes com nuances marxistas, ainda que tal termo não esteja explicitamente contido na Lei de 1975. Como bem nota Cavazzini¹⁰ (2012, p. 4), trata-se de submeter a unidade nacional à criação de um “Homem Novo”, livre de quaisquer sequelas colonialistas e resguardado sob a égide revolucionária do marxismo.

Tem-se, deste modo, que as políticas culturais em Angola, no contexto da independência, veem-se constringidas, sobretudo, por dois factores: a luta contra o “tribalismo” e o colonialismo. O “tribalismo” confere, aos olhos do governo, um carácter nocivo à questão da diversidade cultural, entendida como ameaça à integridade territorial. O anticolonialismo, por seu turno, busca solapar tal diversidade sob a égide da ideologia marxista. A articulação de tais factores acaba por desfavorecer o surgimento de uma estratégia de política cultural no país, uma vez que ambos contribuem para uma marginalização das questões culturais frente à ideologia da luta anticolonial.

Durante a década de 1990 e no contexto das transições políticas e económicas pelas quais passava Angola, lançou-se uma Lei de Revisão Constitucional, a Lei nº 23/92. A Lei de Revisão Constitucional de 1992 passa a vigorar, a partir de então, como a constituição do país. No que concerne à cultura, a referida constituição mostra-se um tanto quanto tímida, já que seu objetivo era, sobretudo, ajustar o Estado angolano para a instauração de uma democracia pluripartidária

⁷ JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.
HENIGHAN, Stephen. *The quest for angolanidade*. 2005. Disponível em: <http://www.stephenhenighan.com/QuestAngol.htm>. Acesso em: 26 Fev. 2015.

⁸ REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. Lei Constitucional de 1975. 1975. Luanda: *Diário da República*, I, Série 1.

⁹ Ibidem.

¹⁰ CAVAZZINI, Frederico. A guerra civil angolana e seu impacto no desenvolvimento do ensino primário público. *Development Studies Research Seminar Spring 2012*. Lisboa, 16 Abril de 2012, p.4. Disponível em: <https://aquila2.iseg.utl.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=275674>. Acesso em: 28 dez. 2014.

no contexto das negociações para a paz. Entretanto, a própria timidez do documento em relação às políticas culturais consiste em um indicador importante para o presente trabalho.

De acordo com o artigo 7º da Lei de 1992, o estado angolano deve incentivar a “solidariedade cultural entre as diversas regiões do país”¹¹ (República de Angola 1992). Embora não haja uma política precisa sobre como estimular tal solidariedade, há o reconhecimento, ainda que superficial, de que o país traz consigo uma diversidade cultural entre suas regiões, assim como ocorre na Lei Constitucional de 1975. Entretanto, na Constituição de 1992, é muito difícil identificar a existência de ideias efetivas em torno de uma política cultural. Verifica-se, ao invés disso, uma abordagem generalista da cultura, que evita falar em tradições ou em línguas, dado o momento crítico pelo qual Angola passava, marcado pela instabilidade política e desagregação nacional. A opção por conferir à cultura um tratamento superficial reflete, em grande parte, o quão delicado é o tema da cultura em momentos de instabilidade política.

O fim da guerra civil, em 2002, traz um novo cenário de possibilidades em torno das políticas culturais em Angola. A nova conjuntura de maior estabilidade política permite que o governo pense a cultura de maneira mais profunda e, simultaneamente, pragmática, buscando sua instrumentalização como “cimento” da união nacional.

Em dezembro de 2002, o governo criou o Ministério da Cultura angolano. Em junho de 2006, o Decreto-Lei nº 7/03 veio instaurar o estatuto orgânico da instituição. O ministério é o órgão competente pela direção e gestão da política cultural de Angola desde então. A organização divide-se, sobretudo em cinco estruturas: Serviços de Apoio Consultivo, Serviços de Apoio Técnico, Serviços de Apoio Instrumental, Serviços Executivos Centrais e Órgãos Tutelados¹².

Em dezembro de 2006, o Ministério da Cultura angolano articulou um Plano de Desenvolvimento Cultural (PDC) para os anos entre 2009 e 2013. O plano parte de duas premissas básicas, sendo elas: a) a cultura enquanto vetor de desenvolvimento e geração de emprego e renda e b) respeito à diversidade cultural e criação de meios materiais para que tal diversidade possa ser contemplada nas políticas públicas voltadas para o setor cultural.¹³

¹¹ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Lei de Revisão Constitucional de 1992* (Lei nº 23/92). 1992. Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao%20angola.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

¹² REPÚBLICA DE ANGOLA. *Ministério da Cultura: decreto-lei nº7/03*. 2003. Disponível em: <http://www.mincult.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=167>. Acesso em: 28 de Junho de 2016.

¹³ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Cultural*. 2006, p. 7. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/08/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_CULTURAL-1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2012.

O PDC adota oficialmente a concepção de angolanidade, enfatizando os meios tradicionais de transmissão do conhecimento e valores transversais que possam facilitar a comunicação entre diferentes grupos étnico-linguísticos¹⁴. Em 2006, o então Ministro da Cultura, Boaventura Cardoso, explicou que “A angolanidade traduz-se na nossa maneira de sentir o mundo e a vida, a expressão do nosso *modus vivendi* e das criações artísticas e espirituais”.¹⁵ Já em 2009, o então chefe da pasta cultural, Burity da Silva, acrescentaria que:

A interiorização de um espírito de angolanidade, como garante do primado da Paz e da Reconciliação Nacional, e a formação de recursos humanos necessários à reconstrução e desenvolvimento do país são duas das principais preocupações do Governo angolano¹⁶.

O PDC está estruturado ao longo de uma série de programas e subprogramas. De maneira sintética, tais programas organizam-se em torno dos seguintes eixos temáticos: salvaguarda do património cultural, a cultura como instrumento do desenvolvimento e investigação científica e capacitação profissional. O plano analisado confere considerável ênfase à investigação científica e à capacitação profissional. O investigador, no contexto das políticas culturais angolanas, desempenha uma função dupla. A primeira delas consiste no mapeamento e conhecimento acerca das comunidades etnolingüísticas de Angola. Já a segunda, denunciando o pragmatismo de tais políticas e sua subordinação ao projecto de construção nacional, consiste na produção de um conhecimento, sobretudo no campo da História, que exalte a reconciliação e união nacional. Nesse sentido, a investigação científica deve estudar as comunidades culturais angolanas sempre com vistas à consolidação do sentimento nacional, ou seja, com vistas à “consolidação da unidade na diversidade”¹⁷.

Em fevereiro de 2010, Angola adotou uma nova Constituição. O documento corrobora a importância da reconciliação e unidade nacional, trazendo um novo rótulo para a cultura; já no

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ ANGOP. Cuba: governo angolano vai implementar plano de desenvolvimento cultural. *Angop*, 14 Jun. 2007. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2007/5/24/Cuba-Governo-angolano-vai-implementar-plano-desenvolvimento-cultural,9306ca42-bc13-418b-b5b5-482279beeee3.html. Acesso em: 18 Jun. 2016.

¹⁶ ANGOP. Construção da angolanidade deve ter em conta diversidade cultural. *Angop*, 15 Set. 2009. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2009/8/38/Construcao-angolanidade-deve-ter-conta-diversidade-cultural,84b07932-360d-4189-9b75-1882ed5c6772.html. Acesso em: 17 Jun. 2016.

¹⁷ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Cultural*. 2006, p. 18. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/08/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_CULTURAL-1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2012.

preâmbulo, emprega-se o termo “cultura da tolerância”, entendida como o compromisso com a construção nacional e com o desenvolvimento. Por meio de seu artigo 90º, a nova Constituição reitera o compromisso das políticas culturais com o desenvolvimento, afirmando a necessidade de “remoção dos obstáculos de natureza (...) cultural que impeçam a real igualdade de oportunidade entre os cidadãos.”¹⁸.

Entre os deveres do Estado, está incluso, no artigo 21º a proteção do património cultural – incluindo a promoção das línguas angolanas – bem como do arquivo histórico nacional, em consonância com o plano já analisado. No mesmo artigo, aparece, novamente, a articulação entre direitos económicos, sociais e culturais, todos a serem providos pelo Estado, assim como na Lei de Revisão Constitucional de 1992.

O artigo 42º da nova constituição nacional define a defesa dos direitos de propriedade intelectual, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Cultural de 2006, que também discorre sobre o tema¹⁹. Ainda em acordo com a constituição de 2010, o Estado angolano assegura direitos autorais sobre invenções, patentes industriais, entre outros.

A análise do programa de governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido vencedor das eleições de 2012 e que está no poder desde a independência, nos traz, ainda, novas dimensões acrescentadas ao termo cultura²⁰. Assim, a cultura aparece associada a termos como “cultura democrática”, “cultura do empreendedorismo”, “sociedade culturalmente desenvolvida”, entre outros. Além disso, o programa corrobora o pragmatismo das políticas culturais em Angola. O documento busca promover os valores culturais que não agridam os direitos humanos, afirmando, ainda, que é preciso desencorajar práticas culturais “nefastas”²¹.

¹⁸ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. 2010. Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=179498. Acesso em: 8 dez. 2012.

¹⁹ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Cultural*. 2006, p. 37. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/08/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_CULTURAL-1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2012.

²⁰ A análise do posicionamento do MPLA acerca da cultura em Angola mostra-se fundamental para a compreensão das políticas culturais angolanas, uma vez que o partido governante constitui a estrutura de poder do governo em si. Isto é, não haveria distinção significativa entre partido e estado, pelo que a literatura refere-se ao caso como um “partido-estado”. Nesse sentido, o *modus operandi* do MPLA traduz-se diretamente nas políticas governamentais angolanas. Para mais informações, ver:

CHABAL, Patrick. E Pluribus Unum: transitions in Angola. In: CHABAL, Patrick. ; VIDAL, Nuno. *Angola: the weight of history*. Londres: Hurst & Company, 2007, p. 1-18.

MESSIANT, Christine. The mutation of hegemonic domination: multiparty politics without democracy. In: CHABAL, Patrick. ; VIDAL, Nuno. *Angola: the weight of history*. Londres: Hurst & Company, 2007, p. 93-123.

²¹ MPLA. *Programa de Governo 2012-2017*. 2012, p. 36. Disponível em: <http://www.mpla2012.ao/downloads>. Acesso em: 28 dez. 2015.

Com relação às línguas nacionais, o plano do MPLA incentiva sua inserção nas atividades escolares, assim como propõe também a inserção do francês e do inglês. Por fim, o plano reitera, ainda, a necessidade de preservação e criação dos museus, a preservação do Arquivo Histórico e propõe a criação de uma Biblioteca Nacional. Propõe, ainda, a criação de um Sistema Nacional de Arquivo Histórico, um Sistema Nacional de Bibliotecas e também a criação de Centros Culturais nas províncias angolanas. A investigação etnográfica também é incentivada aos olhos do partido governante, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Cultural de 2006. Congruentemente, todas essas atividades devem ser conduzidas tendo em vista a reconciliação e construção nacional.

Verificou-se que o fim da guerra civil angolana, em 2002, marcou uma nova etapa das políticas culturais angolanas. Ainda que boa parte de tais políticas represente apenas um projeto ou esteja em vias de implementação, há um significativo avanço em relação aos períodos anteriores. Com base na pesquisa documental realizada em cada uma das três etapas analisadas, é possível sintetizar da seguinte forma a evolução das políticas culturais angolanas:

Tabela 1: Evolução da política cultural em Angola.

Contexto histórico	Características da Política Cultural	Objetivos da Política Cultural
Independência e guerra civil	antiregionalista e anticolonialista	Criação de unidade nacional calcada no anticolonialismo.
Guerra civil	Generalista e superficial	Ausência de objetivo definido: tentativa de negação da cultura.
Pós-Guerra Civil	Pragmática e proativa	Reconciliação nacional e desenvolvimento = unidade na diversidade

Fonte: elaboração própria com base nos documentos oficiais do governo e do partido governante mencionados neste trabalho.

É possível perceber que, enquanto no primeiro momento analisado a política cultural é ainda embrionária e eminentemente defensiva, no último período há uma estratégia cultural proativa. Isto é, nos anos da independência e da guerra civil as culturas de Angola eram vistas como ameaça, dando origem a uma estratégia cultural defensiva, que busca camuflar ou negar a diversidade cultural do país. Já após o fim da guerra civil, a política cultural deixa de possuir um

caráter meramente defensivo, havendo a instrumentalização da diversidade cultural angolana em prol dos objetivos centrais do governo: a reconciliação nacional e o desenvolvimento.

Tem-se, por fim, que, no caso angolano, as políticas culturais possuem destino certo: a consolidação do Estado-nação em meio a um cenário pluriétnico e plurilinguístico. Em outras palavras, as políticas da cultura em Angola perseguem a “consolidação da unidade na diversidade”²², com todos os desafios e contradições inerentes a tal complexa tarefa.

2.2. Economia política

Em 1975, ano da independência angolana, o país adotou um modelo de desenvolvimento calcado no socialismo, com um papel central do estado como planejador da economia²³. O MPLA²⁴, partido no poder após a independência, guiava-se pela ideologia marxista-leninista e usufruía do apoio da União Soviética e de Cuba, tendo em vista a conjuntura internacional bipolar da Guerra Fria²⁵. O MPLA seguiu, assim, a tendência de seus pares regionais africanos, implementando o socialismo em Angola nos anos que se seguiram à independência²⁶.

Nas palavras de Ferreira²⁷, no momento do pós-independência, havia no país a “intenção de se proceder a mutações estruturais significativas (...) em claro contraste com a situação decorrente de seu estatuto de colônia que prevalecera até 1975.” Corroborar-se, assim, o argumento de Berg²⁸, que contextualiza a opção generalizada pelo socialismo em África no âmbito da busca pelo rompimento com o colonizador e seu legado. O advogado e pesquisador angolano

²² REPÚBLICA DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Cultural*, 2006, p. 18. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/08/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_CULTURAL-1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2012.

²³ FERREIRA, Manuel. 1995. La reconversion Économique de la nomenclatura pétrolière. *Politique Africaine*, n. 57, 1995. p. 13-25.

²⁴ É importante ressaltar que, no contexto do pós-independência, o partido governante adotaria a nomenclatura “MPLA-PT (Partido do Trabalho)”, demonstrando seu viés marxista-leninista. Tal nomenclatura seria alterada em princípios da década de 1990, quando a componente “PT” seria abandonada e o partido passaria a designar-se apenas MPLA.

²⁵ SILVA, Márcia. *A independência de Angola*. Brasília: Funag, 2008.

²⁶ M'BOKOLO, Elikia. 2007. *África Negra. História e Civilizações. Do Século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

BERG, Elliot. Socialism and economic development in Tropical Africa. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 78, n. 4, 1964, p. 549-573.

²⁷ FERREIRA, Manuel. *A indústria em tempo de guerra: Angola 1975-90*. Edições Cosmos: Lisboa, 1999, p. 14.

²⁸ BERG, Elliot. Socialism and economic development in Tropical Africa. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 78, n. 4, 1964, p. 549-573.

José Guerra complementa tal argumento, afirmando que a constituição económica de Angola durante o momento que se segue à descolonização constitui um espelho do desejo por “independência política”, que produz o desejo pela “independência económica (libertação das relações económicas coloniais de domínio)”²⁹.

É importante – ainda que de maneira breve visto que não consiste em tema central deste trabalho – problematizar esse rompimento com o legado colonial segundo a literatura. Albert Memmi afirma que o rompimento entre essas partes é extremamente complexo, pois “No auge de sua revolta, o colonizado conserva os empréstimos e as lições da coabitação. Assim como o sorriso ou os hábitos musculares de uma velha esposa, mesmo em instância de divórcio, lembram curiosamente os do marido. Daí o paradoxo (...): o colonizado reivindica e luta em nome dos próprios valores do colonizador, utiliza suas técnicas de pensamento e seus métodos de combate.”³⁰ Balandier³¹ procura sintetizar na expressão “África ambígua” as complexidades sociais apresentadas na construção das sociedades pós-coloniais africanas, que buscavam um modo próprio de se organizar no seio de movimentos e narrativas de descolonização – que, por vezes, refletiam as contradições próprias da realidade pós-colonial. Fanon³² traz como um dos exemplos de tais contradições seu descontentamento mediante a narrativa nacionalista como arma anti-imperialista nas sociedades pós-coloniais, pois, segundo o autor, tal narrativa teria sido cooptada pelas elites que assumem após a descolonização e passam a reproduzir mecanismos de exploração antes fabricados pelo colonizador. Já Bayart³³ enfatiza os modos pelos quais tradições africanas moldaram ou atuaram sobre a estrutura colonial trazida de fora, apropriando-se da mesma de acordo com variáveis e interesses locais, dando origem ao Estado pós-colonial.

O final da década de 1980 apresenta um contexto distinto do imediato pós-independência, especialmente no que se refere à implosão da então União Soviética e da erosão do socialismo enquanto plataforma de desenvolvimento. O rompimento com colonizador começa a ceder espaço para a necessidade de se adequar ao modelo vencedor da Guerra Fria – o capitalismo – na conjuntura daquilo que Fukuyama chamaria de “fim da história”³⁴. Nesse sentido, se iniciam em

²⁹ GUERRA, José. *Direito da Economia Angolana*. Lisboa: Escher, 1994, p.90.

³⁰ MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 170.

³¹ BALANDIER, Georges. *Afrique ambiguë*. Paris: Librairie Plon, 1957.

³² FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. Nova Iorque: Grove Press, 1963.

³³ BAYART, Jean-François. *The state in Africa: the politics of the belly*. Michigan: Polity, 1989, edição em inglês (2009).

³⁴ FUKUYAMA, Francis. The end of History? *The National Interest*, Verão 1989.

Angola os debates, ainda que tímidos, acerca da transição para uma economia de mercado, no sentido de diminuir a intervenção estatal na economia, bem como o tamanho do sector público. Tais debates ocorreram em meio a condições económicas muito desfavoráveis, devido, especialmente, à instabilidade no preço do petróleo, a uma crescente dívida externa e a uma sobrevalorização cambial difícil de conter em um sistema económico planificado³⁵. Na realidade, o governo angolano, durante a época de génese das mudanças económicas, buscava a compatibilização entre uma governança política e económica centralizada no MPLA e medidas pró-mercado.

Com a Lei Constitucional de 1992, o país mudaria sua designação de “República Popular de Angola”, adoptada no pós-independência, para apenas “República de Angola”³⁶. O abandono do vocábulo “popular”, de conotação socialista, buscava enfatizar a transição da economia política angolana rumo à liberalização. Adicionalmente, o Estado não mais seria o “planejador” da economia para apenas “orientá-la” no sentido da “alocação eficiente dos recursos”, na direcção da “consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado”³⁷. Para José Guerra, a nova Lei Constitucional introduz uma nova racionalidade económica, que “culmina a revogação do socialismo e todas as normas e princípios materialmente a ele referidos”³⁸. O autor acrescenta que o sistema económico pregado pela Lei de 1992 assentaria no princípio da coexistência de sectores, assegurado pelo artigo 10º, designando uma economia assente no sector público, privado, misto, cooperativo e familiar.

Durante os anos que se seguem ao fim da guerra civil angolana, o governo passa a aprimorar as reformas pró-mercado no país, buscando a participação do capital privado na reconstrução do país. Em 2010, Angola adotou uma Constituição. Dessa vez, o estado não mais era concebido como “planejador” ou “orientador” da economia, mas sim como um “estado

FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. Nova Iorque: Free Press, 1992.

³⁵ De acordo com Ferreira, o valor do barril de petróleo decresceu de US\$ 26/barril em 1985 para US\$ 12,6/barril em 1986. Além disso, dados do Banco Mundial apontam que em 1989 a dívida externa total de Angola correspondia a aproximadamente 94% da renda bruta nacional – o equivalente a US\$ 7,3 mil milhões, dos quais US\$ 6,7 mil milhões correspondiam à dívida oriunda do sector público. Em 1990 tais números cresceriam ainda mais, passando a dívida externa a corresponder a 105% da renda nacional bruta.

Ver: FERREIRA, Manuel. *A indústria em tempo de guerra: Angola 1975-90*. Edições Cosmos: Lisboa, 1999, p. 113.

³⁶ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Lei de Revisão Constitucional de 1992* (Lei nº 23/92). 1992. Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao%20angola.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

³⁷ *Ibidem*, p. 1,6.

³⁸ GUERRA, José. *Direito da Economia Angolana*. Lisboa: Escher, 1994, p.109.

regulador”³⁹ da atividade económica, pressuposto básico do Consenso Neoliberal⁴⁰. Pela primeira vez, Angola especificou seu modelo na constituição: “economia de mercado”. O documento salvaguarda premissas básicas do neoliberalismo, como “livre iniciativa económica”, “concorrência”, “iniciativa privada”, entre outros⁴¹.

A conquista da estabilidade política, articulada à alta nos preços do petróleo no contexto de pós-guerra civil, faz de Angola um destino crescente para corporações transnacionais de variados setores, intensificando a inserção do país na globalização econômica. Em 2003 é instituída a Agência Nacional do Investimento Privado (ANIP), sob a responsabilidade direta do titular do Executivo angolano. A ANIP constituiria a agência coordenadora do investimento privado em Angola até agosto de 2015, quando o regime do investimento privado sofreu algumas alterações no país⁴². Mesmo com as recentes mudanças, há, na realidade, um rigoroso processo de seleção de investidores privados conduzido pelo governo angolano.

O processo de negociação entre governo e potenciais investidores estrangeiros pode perdurar meses, visto que envolve muitos detalhes, sendo preciso que o pretendente a investidor apresente frente ao governo um plano de metas muito claro no que concerne aos seus projetos, com destaque para uma projeção do volume de investimentos, empregabilidade local, participação do capital local, entre outros. Os compromissos que o investidor assumir frente ao governo ficarão registados por escrito, no que se convencionou chamar Contrato de Investimento. Adicionalmente, o cumprimento de tal contrato por parte do investidor é periodicamente fiscalizado pelo governo, estando o não cumprimento de qualquer cláusula sujeito a sanções aplicadas por parte do estado⁴³.

³⁹ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. 2010, p. 31. Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=179498. Acesso em: 8 dez. 2012.

⁴⁰ WILLIAMSOM, John. *What Washington means by policy reform*. 1990. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?researchid=486>. Acesso em: 26 Fev. 2015.

⁴¹ REPÚBLICA DE ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. 2010, p. 31. Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=179498. Acesso em: 8 dez. 2012.

⁴² Tendo em vista o contexto de queda nos preços do petróleo, o principal produto exportado por Angola, o governo efetuou algumas mudanças no marco legal dos investimentos no país. Tais mudanças dissolveram a Anip em prol da criação de agências descentralizadas relativamente à aprovação e implementação de investimentos. O novo marco regulatório ampliou o escopo da angolanização econômica em termos de setores, capital local, sociedades locais, entre outros. Ver:

GAIO, Gabrieli. A nova Lei do Investimento Privado em Angola. *Revista Mercados e Estratégias*, n. 11, Fevereiro de 2016, p. 21-22.

⁴³ As informações acerca do processo de negociação entre governos e investidores foram obtidas por meio de pesquisas de campo – nomeadamente por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação participante em Luanda no ano de 2014.

Tal marco regulatório estabelecido pelo governo relativamente aos investimentos privados constitui o principal motor da angolanização presente nos mais variados setores econômicos de Angola, como será visto. Por ora, é possível adiantar que tal concepção constitui, ao menos em parte, uma variante do nacionalismo econômico⁴⁴ como um modo de administrar o crescente interesse externo no mercado angolano sem que se perca a tão almejada soberania nacional. Busca-se reafirmar a identidade nacional por meio da angolanização econômica – isto é, garantir, ainda que em termos abrangentes, que a economia de Angola seja efetivamente angolana⁴⁵.

3. Angolanidade e angolanização: uma relação a ser explorada.

O conceito ou concepção de angolanidade tem sido alvo de discussões históricas, na literatura e na academia, acerca da construção da nação angolana desde a década de 1960⁴⁶. Diversos ícones da literatura e da libertação política angolana oferecem diferentes definições para a angolanidade. De maneira mais sintética e abrangente, Alfredo Margarido a teria descrito, no início da década de 1960, como a “substância nacional angolana”⁴⁷.

Manuel Jorge⁴⁸ atenta para o fato de que a construção da angolanidade como conceito repousaria sobre dois pilares: um político e um cultural. O primeiro pilar corresponde à dimensão da luta política pela independência, no movimento anticolonialista que reivindicava a criação de um estado soberano independente fundamentado/legitimado em uma nação angolana. Já o segundo pilar é referente à existência de “substrato cultural comum” que pudesse fundamentar, por sua vez, o pleito político. Desse “substrato cultural comum” originam-se diversas hipóteses que disputam a construção da angolanidade ao longo do tempo, como a negação a qualquer fator

⁴⁴ LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1841.

⁴⁵ GAIO, Gabrieli. *O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

⁴⁶ JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.

HENIGHAN, Stephen. *The quest for angolanidade*. 2005. Disponível em: <http://www.stephenhenighan.com/QuestAngol.htm>. Acesso em: 26 Fev. 2015.

KANDJIMBO, Luís. *Angolanidade: O conceito e o pressuposto*. Luanda: INALD, 1998.

BATSÏKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fev. 2015.

KANDJIMBO, Luís. A consciência das diferenças (prefácio). In: SÁ, Ana Lopes. *A (re)construção da angolanidade em Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro Editores, 2003, p. 9-17.

⁴⁷ JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.

⁴⁸ Ibidem.

exógeno (anticolonialismo), um possível retorno às origens por meio da negritude, o apelo à constituição de um “homem novo” livre de alienações colonialistas e/ou regionalistas, entre outras⁴⁹. De certo que os dilemas para a construção desse substrato eram e ainda são complexos: como romper com o colonialismo? Como conciliar a diversidade cultural com o pleito pela unidade nos moldes do estado-nação moderno? Como construir a tão almejada “comunidade imaginada”⁵⁰?

Este trabalho não tem por objetivo defender uma visão única acerca da concepção de angolanidade, conceito que se encontra em constante processo de construção e, como já dito, apresenta abordagens diversas. Entretanto, em se tratando de pesquisa que analisa a agenda ou ótica governamental atual acerca da angolanidade, impera a necessidade de dedicar especial atenção à abordagem conferida pelo partido governante em Angola ao tema, já que é a partir da mesma que são formuladas e implementadas as políticas públicas aqui estudadas. Cabe, então, destacar a já bastante divulgada concepção de Mário Pinto de Andrade acerca da angolanidade, uma vez que, como veremos mais adiante, sua abordagem relativamente ao tema ainda hoje atua de modo marcante na agenda governamental. Mário Pinto de Andrade vem a defender a seguinte noção de angolanidade:

A angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abraça e ultrapassa dialecticamente os particularíssimos das regiões e das etnias, em direção à nação. Ela opõe-se a todas as variantes de oportunismo (com as suas evidentes implicações políticas) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose de melanina e dita autenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade dum povo.⁵¹

Mário Pinto de Andrade, assim, enquadra-se na concepção apriorística de angolanidade, isto é, parte do pressuposto que o povo angolano está acima das divisões etnolinguísticas, mas sem rejeitar o “enraizamento” que tais comunidades podem oferecer⁵². A partir dessa concepção, temos uma angolanidade calcada em uma única nação capaz de englobar diferentes

⁴⁹ ABDALA JUNIOR, Benjamin. A ‘Lagoa da Vida’ da Angolanidade. *Letras de Hoje*, v.5, n.2, 1990, p. 83-91.

⁵⁰ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflection on the spread and origin of nationalism*. Nova Iorque: Verso, 1983 (2ªed., 1991).

⁵¹ ANDRADE, Mário Pinto apud KAJIBANGA, Víctor. *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano*. Luanda: Instituto Nacional de Indústrias Culturais, 2000, p.48.

⁵² BATSIKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricao-batsikama>. Acesso em: 17 fev. 2015.

manifestações ou particularismos culturais⁵³. Kandjimbo⁵⁴ acrescentaria que, para respaldar tal visão, é preciso “partir da articulação ordenada de determinados códigos de referência, isto, é, de uma ordem cultural pré-existente que induza a essa diversidade o sentido de identidade”. Para o autor, por exemplo, essa ordem pré-existente repousaria sobre o tronco etnolinguístico bantu, de caráter transversal para identidade angolana.

Mário Pinto de Andrade insere em sua definição um elemento muito importante da angolanidade, corroborado por Agostinho Neto⁵⁵ e também reconhecido Luís Kandjimbo⁵⁶: a historicidade da substância nacional angolana. Trata-se de compreender que a angolanidade não pode ser apreendida como manifestação cultural estática, visto que a mesma é produto das dinâmicas sociais que compõem a história de Angola e dos diferentes povos que a habitam ao longo do tempo. Assim sendo, Melissa Myambo⁵⁷, amparada nas produções literárias de Pepetela⁵⁸, identifica, em dois momentos históricos de Angola, duas vertentes distintas da angolanidade. O primeiro momento, os anos da luta pela independência seria marcado por uma angolanidade anti-colonialista, que tinha no colonizador seu principal interlocutor. O segundo

⁵³ É importante ressaltar, novamente, que este trabalho não visa respaldar ou corroborar a concepção apriorística da angolanidade como a única construída ao longo da história de Angola. Batsíkama indica-nos que a construção da angolanidade sempre esteve, de fato, fortemente condicionada ao vetor político em questão, como também mencionado por Manuel Jorge. Seguindo a lógica de Batsíkama, a angolanidade apriorística estaria ligada à concepção do MPLA, ao passo que outros sujeitos do cenário político angolano, como a Frente Nacional para a Libertação de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), defenderiam uma concepção “rizomática” (“angolanidade”) acerca da substância nacional angolana, calcada no recorte etnolinguístico Umbundu no caso da UNITA. Batsíkama apresenta, ainda, uma terceira abordagem que disputa a angolanidade a partir dos anos 1990, isto é, a abordagem aposteriorística. Esse último ponto de vista congrega, segundo o autor, um complexo conjunto de vetores que buscam refutar tanto a abordagem apriorística defendida pelo MPLA quanto a abordagem rizomática/angolanidade defendida pela UNITA. Ver:

BATSÍKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fev. 2015.

JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.

⁵⁴ KANDJIMBO, Luís. *Angolanidade: O conceito e o pressuposto*. Luanda: INALD, 1998.

⁵⁵ NETO, Agostinho. *...Ainda o meu sonho: discursos sobre a cultura nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980.

⁵⁶ Agostinho Neto afirma sintética e diretamente que “(A)ngola tem uma característica cultural própria, resultante de sua história ou de suas histórias”. Já Luís Kandjimbo explica que o fenômeno da angolanidade literária só é possível devido à existência de uma angolanidade-pressuposto, que corresponderia a “um sistema de referências, uma memória colectiva, um sentido de passado ou história.”

NETO, Agostinho. *...Ainda o meu sonho: discursos sobre a cultura nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980.

KANDJIMBO, Luís. A consciência das diferenças (prefácio). In: SÁ, Ana Lopes. *A (re)construção da angolanidade em Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro Editores, 2003, p.15.

JORGE, Manuel. 2006. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28.

⁵⁷ MYAMBO, Melissa. 2011. Anti-colonial to anti-globalization nationalism: Pepetela’s angolanidade. *New Global Studies*, v.5, n.1, 2011, p. 1-29.

⁵⁸ PEPETELA. *Predadores*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

PEPETELA. *Mayombe*. Londres: Exeter, 1983.

momento seria após a conquista da estabilidade política, de 2002 em diante, em que a angolanidade seria anti-globalização, tendo em vista a enxurrada de interesses externos em Angola. Segundo a autora, colonialismo e globalização poderiam ser ambos percebidos como ameaça à soberania nacional em contextos distintos, moldando a concepção de angolanidade (sobretudo seu vetor político) com base no contexto histórico.

A apreensão do nacionalismo angolano no contexto da globalização remete-nos ao mais recente processo de angolanização⁵⁹. De certo que a primeira diferença que se nota recai na terminologia das palavras: angolani(dade) vs. angolaniz(ação). A angolanização, assim, pressupõe ação em resposta a um outro processo com a mesma terminologia globaliz(ação). A ação, no âmbito da política pública, dá-se na seara econômica, repousando a angolanização sobre os seguintes pilares concretos: capital local, elevação de barreiras alfandegárias e inserção de uma quantidade crescente de quadros locais na produção⁶⁰.

Em um primeiro momento, a angolanização representa uma variante do nacionalismo econômico⁶¹ em resposta à globalização. Mas constatar isso não é suficiente para as reflexões propostas neste trabalho segundo as questões colocadas na introdução⁶². De certo que este esforço inicial de pesquisa não pode apresentar respostas categóricas e generalizantes acerca dessas questões. Mas, para aprimorar a reflexão sobre as mesmas, a autora volta-se para dados coletados em Angola junto a uma empresa brasileira que aderiu ao processo de angolanização empreendido atualmente em Angola⁶³.

⁵⁹ Vale lembrar que o presente trabalho não pretende apresentar a angolanização econômica como algo novo em Angola. Durante a década de 1980, este processo já ocorria, ainda que de maneira restrita ao setor petrolífero. No entanto, com o fim da guerra civil e com a diversificação de agentes atuantes na economia angolana, este processo alargou-se para os demais setores econômicos, adquirindo maiores proporções. Ver: LOPES, Helena. O processo de angolanização. *Jornal de Angola*, 1 Nov. 2012.

⁶⁰ Dados coletados por meio de pesquisa de campo conduzida em 2014 nas províncias de Luanda, Malanje e Kwanza-Norte. Ainda que o aspecto da inserção de quadros locais na cadeia produtiva seja uma marca importante da angolanização, dados coletados no terreno apontam para o fato de que tal processo não se restringe nesses termos, abordando outras esferas da economia.

⁶¹ LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1841.

⁶² As questões são: 1) Quais as implicações práticas do ato de se angolanizar?; 2) Qual a relação existente entre angolanização e angolanidade em Angola hoje?; 3) Quem é o público alvo da angolanização?

⁶³ Dados coletados por meio de pesquisa de campo conduzida em Angola mediante entrevistas semi-estruturadas, não-estruturadas e observação participante envolvendo sobas (autoridades tradicionais), funcionários brasileiros, comunidades locais do Malanje e membros do governo angolano.

3.1.1. Reacendendo o debate acerca da “substância nacional”⁶⁴.

Em 1984, o grupo brasileiro de engenharia e construção Odebrecht chegara em Angola e lá permanece desde então, tendo ampliado e diversificado seus empreendimentos com o alcance da estabilidade política. O grupo, segundo dados de 2014, constitui o maior empregador privado de Angola, gerando cerca de 15.000 empregos locais, o que representa 95% dos quadros totais da empresa no país. Em 2012, o grupo brasileiro uniu-se a empresas angolanas para constituir, no Pólo Agroindustrial de Capanda (Malanje), a Biocom, uma fazenda de grandes dimensões destinada à plantação de cana de açúcar para a produção de etanol e bioenergia em larga escala.

Seguindo a tendência da angolanização em todos os seus projetos, a Biocom possui mais de 90% de mão-de-obra local, recrutada de comunidades circunvizinhas – nesse caso, comunidades Kimbundu. A capacitação para o trabalho na fazenda é feita por expatriados brasileiros que atuam como formadores dos quadros locais, implicando uma convivência constante entre as comunidades locais e os expatriados. Esses contatos constantes acabam por demarcar uma relação crescente e complexa entre a angolanidade e a angolanização, uma vez que promove – propositalmente ou não – o encontro entre diferentes ontologias no projeto de construção nacional angolano.

Certo dia, um funcionário aprendiz angolano sentiu-se mal durante a jornada de trabalho e começou a ter convulsões. Cercado de colegas de sua comunidade, não obteve ajuda de ninguém. Um funcionário brasileiro, que avistou ao longe a cena, correu para socorrer o indivíduo, levando-o ao posto médico. O funcionário brasileiro não conteve sua curiosidade e resolveu perguntar aos funcionários angolanos por que ninguém teria ajudado o doente. Recebeu prontamente a reprovação dos colegas angolanos pela sua ação anterior e foi explicado a ele que as comunidades vizinhas acreditavam que aquele doente estava, na realidade, sob influência de um ancestral que queria fazer-lhe mal. Assim sendo, havia a convicção de que não se devia tocar o doente sob o risco de que o espírito ancestral fosse transportado para quem o tocasse. Em relato à autora, o funcionário brasileiro mostrou estranheza e surpresa com a explicação que lhe foi dada, mas confessou que não deixou de sentir algum receio que algum espírito pudesse de fato o atormentar, tendo visto a convicção com a qual os funcionários angolanos reprovaram sua ação.

⁶⁴ JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.

Outro exemplo, ainda no seio das crenças religiosas locais, teria sido a própria cerimônia de inauguração da fazenda. Como já dito, a produção é de larga escala e ocupa uma grande extensão territorial, pelo que a empresa mantém um constante diálogo com as comunidades locais por meio, sobretudo, de seus sobas. Na ontologia do soba conselheiro, ele seria o titular daquela terra pelo direito de ancestralidade. Por isso, avisou à administração da empresa que, antes da inauguração da fazenda, era necessário a realização de um ritual para pedir a autorização dos ancestrais para a realização do empreendimento.

Em um primeiro momento, a administração achou o pedido descabido e optou por manter a agenda original de inauguração, sem a realização do ritual. Cerca de uma semana após a inauguração, os funcionários relataram que houve forte chuva e ventania na região, acarretando a destruição de boa parte da infraestrutura já montada. A administração, convencida de que o ocorrido devia-se à negativa ao pedido do soba, resolveu permitir o ritual nos termos especificados pelo líder local e realizar nova inauguração. Na entrada principal do empreendimento, foi fincada uma placa relativamente à cerimônia realizada pelo soba na inauguração.

Como já afirmado, há reuniões periódicas entre a administração da Biocom e as comunidades locais para efeitos informativos e consultivos. Para as reuniões periódicas, a equipe da empresa desloca-se até as comunidades locais com um grupo de peça teatral ou música. De início, pede-se autorização do soba local para a realização de quaisquer comunicados. Tais comunicados são feitos em Kimbundu e também em português, por um funcionário da empresa, conforme requisitado pelos sobas locais. Esse funcionário é, em geral, angolano e fluente em ambas as línguas, atuando como uma espécie de intérprete entre a empresa e as comunidades locais.

Ao fim de cada reunião, é comum que os sobas possam expor reclamações ou demandas – como a construção de escolas e igrejas – na língua em que lhe for conveniente. Para finalizar a comunicação, o funcionário da Biocom repete, em cada comunidade, o jargão: “A Biocom não é brasileira, não é Kimbundo; ela é angolana!”. Todos aplaudem e os sobas endossam a afirmação. Muitos utilizam uniforme da empresa com a bandeira de Angola estampada. Vale lembrar que a empresa também possui “intérpretes” para outros grupos etnolinguísticos.

Finalmente, vale ressaltar que a província do Malanje, nomeadamente as Pedras Negras de Pungo Andongo, constitui um local simbólico da construção do nacionalismo angolano. O conjunto

de pedras referido constitui um importante ponto turístico de Angola e guarda consigo uma peculiaridade: há marcas de pés nas pedras que são atribuídas pelas comunidades locais à Rainha Nzinga – liderança local que integrava os Reinos do Ndongo e de Matamba, que, por sua vez, integravam o Reino do Congo nos séculos XVI e XVII. Ao longo da história, Nzinga foi construída enquanto símbolo da resistência aos portugueses e do nacionalismo angolano como um todo⁶⁵, a despeito de sua atuação política ter sido delimitada aos reinos referidos acima. De acordo com os relatos das comunidades locais, Nzinga teria feito uma reaparição depois de morta durante as guerras de libertação colonial (século XX), tendo realizado uma emboscada para os portugueses nas Pedras Negras e deixado ali as marcas de seus pés. Tais relatos são recebidos com desconfiança pelos brasileiros, ainda que as comunidades locais insistam incansavelmente no ocorrido.

4. Conclusões

Este trabalho procurou articular um esforço inicial para o estudo da relação entre a histórica concepção de angolanidade e o mais recente processo de angolanização econômica em Angola. Buscou-se apresentar ambas as concepções como parte de um todo governativo que busca a construção da nação angolana. Para tal, foram lançadas três questões norteadoras para a investigação, nomeadamente:

- i. Qual a relação existente entre angolanização e angolanidade em Angola hoje?
- ii. Quais as implicações práticas do ato de se angolanizar?
- iii. Quem é o público alvo da angolanização?

O trabalho não buscou articular respostas categóricas a tais questões, mas sim utilizá-las enquanto fio condutor para a pesquisa acerca de um tema que está em permanente mutação.

Primeiramente, foi verificado que, embora estejam enquadradas em esferas distintas da política governamental (cultural e econômica), ambas as concepções fazem parte do atual processo de construção da nação e do nacionalismo em Angola. Enquanto a ideia de angolanidade

⁶⁵ GLASGOW, Roy. Nzinga: resistência escrava à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663. São Paulo: Perspectiva, 1982.

tem gerado ricos debates na academia e na literatura, a concepção de angolanização tem ficado restrita ao plano dos pacotes econômicos, pelo que temos assistido a um esvaziamento de seu teor nacionalista ou mesmo cultural em prol de leituras técnicas e limitadoras do ponto de vista da composição da identidade nacional. Como consequência, se negligencia também um possível e frutífero diálogo entre essas duas épitomes do nacionalismo angolano atual.

Um exame mais profundo acerca das implicações práticas da angolanização nos leva a concluir que a mesma ultrapassa a esfera econômica e reacende o debate, no terreno, acerca da angolanidade – o que nos leva a concluir que há, de fato, uma relação entre essas duas concepções. Isso porque, ao estimular que os angolanos participem cada vez mais do processo econômico e produtivo, em específico, não se está apenas administrando as forças externas da globalização. Esses angolanos, de diferentes grupos etnolinguísticos, passam a integrar a esfera produtiva juntamente aos expatriados e trazem consigo suas ontologias, que, necessariamente, passam a integrar o processo de angolanização. Nesse sentido, conclui-se também que não é possível angolanizar sem realizar, em simultâneo, um permanente debate acerca da “substância nacional angolana”⁶⁶, isto é, a angolanidade.

Além disso, a angolanização contribui para problematizar de maneira mais profunda a angolanidade no contexto da modernidade, na medida em que provoca a interação, por exemplo, entre o direito da ancestralidade – considerado tradicional – e as instituições modernas do direito no que tange à propriedade, como foi visto. Mostra-se muito relevante a coexistência dessas instituições, na medida em que se busca romper o binarismo modernidade *versus* tradição em prol de uma abordagem mais completa e que possa dar conta da agência de comunidades locais e suas ontologias nesse processo de “negociação da modernidade”⁶⁷.

Por fim, ainda que a ideia de angolanizar, em um primeiro momento, vise contrabalançar o peso de estrangeiros na economia nacional, a angolanização acaba por atingir um público alvo mais vasto e complexo. A estimular o contato do expatriado com as visões de mundo comunitárias locais, esse indivíduo está sujeito, gradualmente, à integração na “substância” local que compõe a angolanidade. Por outro lado, ao se repetir exaustivamente a frase “A Biocom não é brasileira, não é quimbundo, é angolana!”, estamos a construir naquela comunidade local o senso da

⁶⁶ JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. *Latitudes*, n. 28, Dezembro 2006, p. 3-10.

⁶⁷ MACAMO, Elísio S. *Negotiating modernity: Africa's ambivalent experience*. Dakar: Codesria Books, 2005.

angolanidade apriorística⁶⁸, isto é, da nação que abarca e integra diferentes particularismos, estando acima dos mesmos. Assim, não se está apenas a angolanizar a economia ou os quadros em números crescentes. Angolanizam-se as pessoas, os expatriados, os angolanos.

Referências bibliográficas

ABDALA JUNIOR, Benjamin. A 'Lagoa da Vida' da Angolanidade. *Letras de Hoje*, v.5, n.2, 1990, p. 83-91.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflection on the spread and origin of nationalism*. Nova Iorque: Verso, 1983 (2ªed., 1991).

ANGOP. Cuba: governo angolano vai implementar plano de desenvolvimento cultural. *Angop*, 14 Jun. 2007. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2007/5/24/Cuba-Governo-angolano-vai-implementar-plano-desenvolvimento-cultural,9306ca42-bc13-418b-b5b5-482279beeee3.html. Acesso em: 18 Jun. 2016.

ANGOP. Construção da angolanidade deve ter em conta diversidade cultural. *Angop*, 15 Set. 2009. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2009/8/38/Construcao-angolanidade-deve-ter-conta-diversidade-cultural,84b07932-360d-4189-9b75-1882ed5c6772.html. Acesso em: 17 Jun. 2016.

BALANDIER, Georges. *Afrique ambiguë*. Paris: Librairie Plon, 1957.

BATSÍKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BAYART, Jean-François. *The state in Africa: the politics of the belly*. Michigan: Polity, 1989, edição em inglês (2009).

BERG, Elliot. Socialism and economic development in Tropical Africa. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 78, n. 4, 1964, p. 549-573.

CAVAZZINI, Frederico. A guerra civil angolana e seu impacto no desenvolvimento do ensino primário público. *Development Studies Research Seminar Spring 2012*. Lisboa, 16 Abril de 2012,

⁶⁸ BATSÍKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fev. 2015.

p.4. Disponível em: <https://aquila2.iseg.utl.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=275674>. Acesso em: 28 dez. 2014.

FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. Nova Iorque: Grove Press, 1963.

FERREIRA, Manuel. La reconversion Économique de la nomenklatura pétrolière. *Politique Africaine*, n. 57, 1995, p. 13-25.

FERREIRA, Manuel. *A indústria em tempo de guerra: Angola 1975-90*. Edições Cosmos: Lisboa, 1999.

FUKUYAMA, Francis. The end of History? *The National Interest*, Verão 1989.

FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. Nova Iorque: Free Press, 1992.

GAIO, Gabrieli. *O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

GAIO, Gabrieli. A nova Lei do Investimento Privado em Angola. *Revista Mercados e Estratégias*, n. 11, Fevereiro de 2016, p. 21-22.

GLASGOW, Roy. *Nzinga: resistência escrava à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GUERRA, José. *Direito da Economia Angolana*. Lisboa: Escher, 1994.

HENIGHAN, Stephen. *The quest for angolanidade*. 2005. Disponível em: <http://www.stephenhenighan.com/QuestAngol.htm>. Acesso em: 26 Fev. 2015.

JOFFE, Avril. *Adapting the Wheel: cultural policies for Africa*. Arterial Network, 2010, p.7. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/05/Cultural_policy_template_English_8Mar2011_final_for_print.pdf. Acesso em: 20 set. 2015.

KAJIBANGA, Víctor. *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano*. Luanda: Instituto Nacional de Indústrias Culturais, 2000.

KANDJIMBO, Luís. *Angolanidade: O conceito e o pressuposto*. Luanda: INALD, 1998.

KANDJIMBO, Luís. A consciência das diferenças (prefácio). In: SÁ, Ana Lopes. *A (re)construção da angolanidade em Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro Editores, 2003, p. 9-17.

LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1841.

LOPES, Helena. O processo de angolanização. *Jornal de Angola*, 1 Nov. 2012.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Do Século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Edições Colibri: Lisboa, 2007.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

MPLA. *Programa de Governo 2012-2017*. 2012. Disponível em: <http://www.mpla2012.ao/downloads>. Acesso em: 28 dez. 2012.

MACAMO, Elisio S. *Negotiating modernity: Africa's ambivalent experience*. Dakar: Codesria Books, 2005.

MYAMBO, Melissa. Anti-colonial to anti-globalization nationalism: Pepetela's angolanidade. *New Global Studies*, v.5, n.1, 2011, p.1-29.

NETO, Agostinho. *...Ainda o meu sonho: discursos sobre a cultura nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980.

PEPETELA. *Predadores*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

PEPETELA. *Mayombe*. Londres: Exeter, 1983.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Lei de Revisão Constitucional de 1992 (Lei nº 23/92)*. 1992. Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao%20angola.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Ministério da Cultura: decreto-lei nº7/03*. 2003. Disponível em: <http://www.mincult.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=167>. Acesso em: 28 de Junho de 2016.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Cultural*. 2006. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/08/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_CULTURAL-1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2012.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. 2010. Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=179498. Acesso em: 8 dez. 2012.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. Lei Constitucional de 1975. Luanda: *Diário da República*, I Série: 1, 1975.

SILVA, Márcia. *A independência de Angola*. Brasília: Funag, 2008.

WILLIAMSOM, John. *What Washington means by policy reform*. 1990. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?researchid=486>. Acesso em: 26 Fev. 2015.

Gabrieli Gaio: doutoranda em Ciência Política na Universidade de Lisboa (ULisboa) e bolsista da mesma instituição. Possui mestrado em Estudos Africanos também pela ULisboa e graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como pesquisadora do Centro de Estudos Africanos (ISCSP-ULisboa) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA – IESP/UERJ).

Artigo recebido para publicação em: Maio de 2016.

Artigo aprovado para publicação em: Junho de 2016.